

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CNPT E IEA VISANDO A CRIAÇÃO DE NOVAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A INSERÇÃO DESSA PROPOSTA NA POLÍTICA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.

RESUMO: O processo de criação e desenvolvimento das Reservas Extrativistas está em uma etapa crucial e decisiva para o seu futuro. Como um dos exemplos no campo do desenvolvimento sustentável, as reservas têm atraído o apoio de pesquisadores, da opinião pública, de instituições multilaterais de financiamento e consiste na principal garantia que têm comunidades locais na Amazônia, de verem sua sobrevivência assegurada, assim como seus direitos respeitados. A recente criação do CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado para Populações Tradicionais, institucionalizando a proposta no setor público, resultou de uma demanda originada em 1987, e surge com grande potencial de ação e decisiva capacidade de mudar o destino de milhares de pessoas espalhadas em áreas diversas do país, expandindo o conceito para outras regiões. A experiência do IEA no campo das Reservas Extrativistas, o leva a propor ao CNPT um projeto de cooperação técnica permanente visando reproduzir uma experiência, até hoje bem sucedida, de colaboração entre setor público e não-governamental. Essa cooperação está proposta em duas áreas distintas e complementares: criação de novas reservas e inserção da proposta no contexto da política de desenvolvimento para a Amazônia.

1. CRIAÇÃO DE NOVAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.

O processo de criação de uma reserva extrativista requer a articulação harmônica de diferentes instâncias sociais: as comunidades que utilizam de forma sustentável recursos extrativistas; o poder público que responde legalmente pelas unidades de conservação; e as ONGs que estabelecem canais de comunicação permanente entre ambos e articulam setores representativos da sociedade em defesa dessa proposta.

A criação de quatro Reservas Extrativistas, no período de janeiro a março de 1990 ocorreu dessa forma e inaugurou, na área da política ambiental, uma nova forma de gestão do interesse público, exemplar para outros segmentos da sociedade. Naquela ocasião, o Conselho Nacional dos Seringueiros indicou as áreas a serem criadas, tendo o IBAMA e o IEA, de forma conjunta, elaborado as propostas técnicas das Reservas do Cajari, Chico Mendes e Rio Ouro

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL		
Data	___/___/___	
Cod.	K0000023	

Preto, e a Procuradoria Geral da República presidido o processo de criação da do Alto Juruá. Essa metodologia passou a ser respeitada por diferentes instâncias no país e no exterior.

A conjuntura atual, nos meses que antecedem a realização da Conferência do Rio, torna necessário um novo esforço conjunto governo-sociedade. Várias são as razões que justificam a necessidades de serem criadas novas reservas:

* A existência, depois de dois anos de vigência do decreto que formaliza o conceito de Reserva Extrativista como unidade de conservação de uso direto, do mesmo número original de áreas criadas, tende a transformá-las em exemplos isolados de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e não em parte de uma programa geral para a Amazônia.

* A demanda, não atendida, de comunidades fora da região amazônica, têm impedido que o conceito seja ampliado, assim como seus benefícios sociais e ambientais estendidos para outras comunidades.

* A inexistência de outras alternativas de gestão comunitária de recursos ambientais torna extremamente importante a consolidação de um conceito inovador e que pode representar a solução para situações críticas localizadas, em diferentes regiões do país, como são a pesca artesanal, os manguezais e a extração de erva-mate ou de babaçu, entre outros.

A experiência acumulada pelo IEA na articulação entre sociedade e governo e na legitimação pública nacional e internacional dessa proposta, o coloca como parceiro técnico de uma estratégia visando a criação de novas Reservas Extrativistas. Coube ao IEA a formulação técnica e jurídica da demanda dos seringueiros e sua adequada interpretação pelo setor público. Cabe ao CNPT assegurar que a mesma filosofia que orientou a criação das primeiras reservas seja mantida nas próximas etapas, independentemente das pessoas que hoje dirigem a instituição.

2. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA.

As Reservas Extrativistas devem ser entendidas como uma das alternativas de desenvolvimento sustentável para a região amazônica e para outras áreas do país nas quais predominem os mesmos requisitos - comunidades locais que utilizem de forma adequada recursos naturais - sempre que essa iniciativa signifique benefícios sociais para os envolvidos.

A consolidação das reservas criadas em março de 1990 vem sendo realizada através da cooperação de diferentes agências de financiamento e com a participação de uma variada gama de instituições locais, nacionais e internacionais. Considerando que a transição entre um modelo injusto e irracional de uso dos recursos, com baixo nível de retorno social, gera obstáculos de complexa superação, é preciso alocar um tempo não inferior a cinco anos para se obter resultados novos e persistentes nas áreas destes projetos.

Há, porém, um espaço crítico não suficientemente abordado até o momento, que consiste na elaboração e proposição de políticas gerais complementares que possam beneficiar segmentos mais amplos da população tradicional da Amazônia e do país, independentemente de estarem eles inseridos em uma Reserva Extrativista. Trata-se da Política para a Borracha, de uma Política de Comercialização de Produtos Não Derivados da Madeira, de uma Política de Crédito para Comunidades, de uma Política de Preços, entre outras.

A inexistência de estratégias amplas visando a resolução desses problemas, todos relacionados à viabilidade econômica das Reservas, pode colocar em risco as experiências em desenvolvimento nas reservas existentes, assim como fragiliza a possibilidade de expansão dessa proposta para outras áreas. Um dos melhores exemplos dessa situação é o que vem ocorrendo com as migrações internas na Amazônia.

De acordo com o depoimento de vários seringueiros, está ocorrendo um processo de retorno de trabalhadores extrativistas que antes foram expulsos para a periferia das cidades e que, em virtude da grave crise econômica do país, estão buscando refúgio dentro da floresta. Além destes, também pequenos agricultores, que não encontram alternativa de sobrevivência de áreas de colonização, estão buscando a floresta como forma de garantir, ao menos, a subsistência. Ao mesmo tempo, em função da inexistência de uma política de preços para produtos da floresta, aqueles seringueiros que não estão sendo beneficiados por programas dentro das áreas de reservas, tendem a buscar outras formas de sobrevivência.

O resultado desse complexo processo é o risco de esvaziamento da floresta, de um lado, e de pressão sobre os recursos, de outro, ambos incompatíveis com a política governamental de ênfase na sustentabilidade social e ambiental do desenvolvimento.

A correção dessas perspectivas requer a adequação de políticas econômicas existentes para a área extrativista, a formulação de novas mais condizentes com as necessidades regionais

e a expansão daquelas consideradas adequadas, para o maior número possível de pessoas. Isso significa a identificação e proposição de novas estratégias, econômicas e sociais, de âmbito regional.

3. O NOVO PERFIL INSTITUCIONAL DO IEA.

O IEA vem propondo novas políticas políticas desde sua criação, em 1986 e tem conseguido influir em diferentes campos de ação. A inexistência, até recentemente, de um setor governamental voltado para as Reservas Extrativistas, condicionava grande parte de sua atuação à resolução de situações críticas pontuais. Hoje, com a existência do CNPT é possível e necessário, o delineamento de um conjunto de ações voltadas para a implantação de políticas de caráter global como as citadas, para o conjunto da região amazônica.

O IEA conta com escritório em Brasília, com equipe técnica própria e de perfil adequado a esta tarefa, assim como projetos complementares, de atuação junto à opinião pública e ao Congresso Nacional que o habilitam a essas funções. Além disso, conta com quatro projetos regionais, no Amapá, Rondônia, Acre e Mato Grosso, o que lhe permite um permanente contato com as comunidades florestais e identificação clara de suas demandas.

Recente modificação estatutária do IEA delineou um novo perfil institucional: foi ampliada sua área de atuação para fora da Amazônia, abrangendo a temática ambiental em diferentes matizes e foi criado um Conselho Diretor com personalidades destacadas no cenário nacional que contribuirão para respaldar política, técnica e cientificamente seu desempenho. (Novo estatuto e componentes do Conselho Diretor em anexo).

4. OBJETIVOS.

O projeto de cooperação técnica entre IEA e CNPT visa atingir os seguintes objetivos:

1. Assessorar tecnicamente o CNPT na identificação de novas áreas para Reservas Extrativistas e nos estudos preliminares necessários à sua criação. Áreas propostas para estudos:

1. Carauari - Amazonas
2. Aripuanã-Guariba - Mato Grosso

3. Extração de erva-mate - Rio Grande do Sul
4. Rio Novo e Pacáas Novos - Rondônia
5. Rio Cautário - Rondônia
6. Rio São Pedro - Rondônia
7. Área de atuação do Projeto Saúde e Alegria - Pará
8. Castanhais do sul do Pará
9. Guaraqueçaba/Serra do Mar - Paraná
10. São Sebastião - Tocantins

2. Divulgar junto à sociedade e estabelecer uma permanente atividade de educação pública no sentido de obter apoio para a proposta de Reservas Extrativistas.

3. Assessorar o CNPT e outros órgãos de governo para que os conceitos sejam adequadamente aplicados e respeitem as demandas comunitárias.

4. Delinear e pugnar pela implantação de novas políticas econômicas, que estendam ao maior número possível de pessoas, os benefícios contidos na proposta de Reserva Extrativista, no que se refere a mercado, preços e alternativas de comercialização e outras identificadas como importantes.

Esses objetivos serão desenvolvidos pelo período de um ano e executados em comum acordo entre ambas as instituições, ouvidas as comunidades envolvidas e seus órgãos de representação.

8. ORÇAMENTO: (12 MESES)

EM DÓLARES

1. CONSULTORIAS (Encargos incluídos)		77,120
Serviços Técnicos:		
160 horas/mês a US\$ 15,00/h		
US\$ 2,400 x 12	28,800	
480 horas/mês a US\$ 7,00/h		
US\$ 3,360 x 12	40,320	
Serviços de Apoio	8,000	
2. DESPESAS OPERACIONAIS		14,400
Aluguel de sala, telefone, fax, correio, etc		
US\$ 1,200 x 12	14,400	
3. MATERIAL DE CONSUMO		3,000
Material de escritório, de informática, comunicação, xerox, etc		
US\$ 250,00 x 12	3,000	
4. EQUIPAMENTOS		7,800
Duas linhas telefônicas	3,000	
Móveis de escritório	1,500	
Um computador portátil	2,500	
Uma impressora	800	
5. ENCARGOS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO IEA:		10,232
6. TOTAL		112,552

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

1. CONSULTORIAS

02 Técnicos Senior:
20 hs/semanais a US\$ 15,00/h
80 horas/mês x 2 x 12

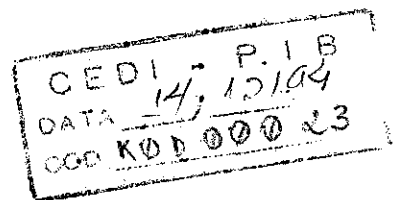
03 Técnicos Auxiliares:
40 hs/semanais a US\$ 7,00/h
160 horas/mês x 3 x 12

Secretaria:
US\$ 474,00 mês x 12

Serviços de Desenho:
US\$ 200,00 mês x 12

Curitiba, 14 de abril de 1992

5
Gilberto Siqueira
CNPT - IBAMA
BRASÍLIA



Em negociação

Caro Gil:

Encaminho versão modificada do Termo de Cooperação entre CNPT e IEA, com as seguintes alterações:

1. Inclusão das áreas prioritárias para criação de Reservas Extrativistas nas quais o IEA pode colaborar (10).
2. Devido ao grande número de áreas, acrescentei a consultoria de auxiliares técnicos, o que aumentou o orçamento. Pela mesma razão, também foram aumentados os custos operacionais.
3. No item sobre Políticas Públicas, restringi nossa atuação na área de políticas econômicas para as Reservas, ponto que considero crítico durante este ano.

Qualquer dúvida, por favor, telefone. Uma decisão sobre esse projeto é urgente, uma vez que precisaremos alugar mais uma sala para a equipe, e existe uma disponível ao lado da atual sede do IEA, que precisa ser reservada urgentemente.

Certa de contar com sua colabroação, subscrevo-me atenciosamente,

Mary Helena Allegretti
Mary Helena Allegretti

Presidente do Conselho Diretor do IEA.